This document was translated from English by machine and may contain mistakes. The English original is at https://www.novaracg.com/2026/09/29/the-price-of-admission/.

O Preço da Admissão

Heather Grizzle · September 29, 2026

Quando as empresas lideradas por Deaf recusam órgãos estaduais que não conseguem pagar, a diferença entre os residentes Deaf aumenta. O intercâmbio, e não a recusa, é a melhor resposta.

Conteúdo

1. Os gabinetes que não conseguem pagar são os que mais precisam
2. O que custa um não categórico
3. A troca não é caridade
4. Como é uma resposta melhor
5. A quem se destina a especialização
6. Referências

Quando a especialização liderada por Deaf tem um preço fora do alcance dos estados que mais precisam dela

Alguns dos gabinetes estaduais que atendem residentes Deaf, DeafBlind e com deficiência auditiva funcionam com um punhado de funcionários e pouca margem no orçamento para especialização externa. Quando esses gabinetes procuram ajuda, a conversa pode terminar na taxa: sem redução de âmbito, sem contraproposta e sem qualquer pergunta sobre o que o gabinete poderia oferecer em vez de dinheiro. Isto não é o relato de uma empresa ou de um estado, e nenhum é aqui identificado. Levanta uma questão que a comunidade Deaf coloca rotineiramente às instituições geridas por ouvintes e coloca com menos frequência à sua própria classe profissional.

Nada nessa questão contesta o direito de uma empresa liderada por Deaf ser paga. Os profissionais Deaf há muito que lutam para ser remunerados como especialistas em vez de serem consultados como voluntários, e uma empresa que oferece o seu trabalho de graça indefinidamente não sobrevive tempo suficiente para ajudar ninguém. A questão é mais restrita e mais difícil. A especialização construída sobre a língua Deaf,

a experiência vivida Deaf e a confiança da comunidade Deaf traz consigo alguma obrigação para com as comunidades sobre as quais foi construída, incluindo as que não conseguem pagar preços de mercado. Quando um gabinete estadual com poucos recursos é recusado sem qualquer alternativa em cima da mesa, essa obrigação não foi cumprida, e a recusa diz algo sobre a quem a especialização agora serve.

Os gabinetes que não conseguem pagar são os que mais precisam

State infrastructure for Deaf, DeafBlind, and hard of hearing residents is uneven. Massachusetts established a standalone commission in statute, with its own commissioner and advisory board[1]. Minnesota runs its services as a division inside the Department of Human Services, whose commissioner receives the division's appropriations[2]. Idaho's council receives its appropriation through the Division of Vocational Rehabilitation[3], and in fiscal year 2023 reported a budget of about $510,400 and roughly five full-time-equivalent staff, about 25 cents per Idahoan, for an estimated 257,573 deaf and hard of hearing residents[4]. A state with a thin appropriation does not have fewer Deaf residents, fewer interpreter shortages, or fewer schools making placement decisions. It has fewer people available to work on those problems.

Many of the policy questions reaching these offices are shared across states. Courts already use video remote interpreting, and the National Association of the Deaf has warned that "many courts and legal service providers do not always understand or recognize that VRI may not provide the effective communication" deaf people need[5]. Public authorities have been deciding where to use signing avatars since at least 2018, when the World Federation of the Deaf and WASLI jointly raised concern about how those decisions were being managed[6], and Gallaudet's Department of Linguistics has since warned that AI developers are training on ASL video collected without community involvement[7]. A well-resourced state can hire or contract the expertise to write procurement language, test vendor claims, and push back before a contract is signed. An under-resourced state is more likely to take vendor materials at face value, because nobody on staff has the time or the specialist background to do otherwise. When outside Deaf-led expertise flows only to the states that can pay for it, the likely result is that the states with the most capacity get stronger, the states with the least

absorb whatever is sold to them, and the gap between Deaf residents in different states widens where governance is weakest.

O que custa um não categórico

Uma empresa tem todo o direito de recusar trabalho. A capacidade é finita, alguns contratos acarretam responsabilidade que não pode ser assumida sem remuneração, e uma prática que diz sim a tudo acaba por não entregar nada bem. O problema não é a recusa. O problema é uma recusa que encerra a conversa em vez de a reformular, porque essa escolha tem custos muito para além do contrato individual.

O primeiro custo recai sobre os residentes que o gabinete serve, que agora ficam sem apoio, ou ficam com o que um fornecedor esteve disposto a fornecer gratuitamente. O segundo recai sobre a própria empresa. As relações com pequenos gabinetes estaduais podem ser duradouras: os seus funcionários passam a ocupar cargos de maior relevância, integram comités nacionais, escrevem candidaturas a subsídios, e lembram-se de quem respondeu quando não tinham nada para oferecer. Uma recusa baseada apenas no preço troca uma relação duradoura pela evitação de um curto compromisso não remunerado. O terceiro custo recai sobre o setor. O argumento a favor da especialização liderada por Deaf assentou sempre na ideia de que a liderança Deaf muda os resultados, não apenas a representação. Uma empresa liderada por Deaf que se comporta exatamente como qualquer outro fornecedor, servindo quem consegue pagar e mais ninguém, enfraquece esse argumento para todos os profissionais Deaf que o defendem. Ser liderada por Deaf é uma afirmação sobre quem detém a autoridade; não é, por si só, prova de que essa autoridade está a ser exercida de forma diferente.

A troca não é caridade

A objeção habitual é que trabalhar sem pagamento desvaloriza o trabalho. Essa objeção confunde duas coisas diferentes. Dar trabalho de graça é caridade. Trocar trabalho por algo que não seja dinheiro é prática económica comum, e as instituições que financiam o trabalho público já o tratam dessa forma.

Federal grant rules are the clearest example. Under the Uniform Guidance, recipients may meet cost-sharing requirements with third-party in-kind contributions. Their fair market value must be documented and, to the extent feasible, supported by the same methods the recipient uses internally, and services donated by another organization's

employees are valued at the employee's regular rate of pay plus allowable fringe benefits and indirect costs[8]. A consulting firm's donated hours on a federally funded project can therefore count toward a state office's required match, at a documented dollar value, provided the contribution meets the rule's conditions. The firm is not giving its work away so much as converting it into something the office can use and a funder will count.

The professions have also long accepted that expertise carries a duty toward those who cannot pay. The American Bar Association's Model Rule 6.1 states that "every lawyer has a professional responsibility to provide legal services to those unable to pay," sets an aspirational figure of 50 hours a year, and directs that a substantial majority of those hours go to persons of limited means or to "charitable, religious, civic, community, governmental and educational organizations" serving them[9]. The Deaf community's own professional codes already contain the same idea. The NAD-RID Code of Professional Conduct, which governs sign language interpreters, directs them to "charge fair and reasonable fees" and, in the same section, to "render pro bono services in a fair and reasonable manner"[10]. No comparable written standard appears to exist for Deaf-led consulting firms, which sit outside that code.

Como é uma resposta melhor

Nenhuma das alternativas abaixo exige que uma empresa trabalhe de graça, e a maioria delas deixa a empresa em melhor posição do que uma recusa deixaria. Cada uma parte do mesmo gesto: perguntar o que o gabinete tem, em vez de parar no que lhe falta.

1. Reduzir o âmbito antes de recusar. Muitos pedidos contêm uma parte mínima útil: uma revisão de uma página de uma alegação de fornecedor, um conjunto de perguntas para incluir num pedido de propostas, uma hora com a equipa que vai redigir o contrato. Uma empresa pode oferecer essa parte e cobrá-la ou trocá-la em conformidade.

2. Trade for what the office controls. State offices hold things firms cannot buy: access to program data, standing to co-author, the ability to name a partner in a grant application or budget request, and formal letters of support. Those have real value to a firm building a track record, and the firm's own donated hours, properly documented, can count as the office's match on a federal award.

3. Tie the fee to future funding. A firm can be written into the office's next grant proposal or appropriation request as a named partner, with the fee paid if and when the funding arrives. The firm takes a risk; it also gets a seat in the application rather than a line on a vendor list.

4. Publicar uma escala progressiva. Uma estrutura de tarifas definida antecipadamente, vinculada ao tamanho do orçamento da agência, retira a negociação do momento de necessidade e sinaliza que os pequenos gabinetes foram previstos em vez de meramente tolerados.

5. Agrupar pequenos estados. Vários gabinetes com poucos recursos que enfrentam a mesma questão podem partilhar um único contrato e dividir o seu custo. Os estados já compram em conjunto desta forma através de programas de aquisição cooperativa como o NASPO ValuePoint[11].

6. Reservar uma parcela fixa da capacidade. Seguindo o modelo pro bono, uma empresa pode comprometer-se com um número fixo de horas por ano para gabinetes que não conseguem pagar, e decidir antecipadamente como essas horas são atribuídas para que nenhum pedido dependa de quem calhou perguntar.

Uma empresa que genuinamente não consiga fazer nada disto ainda pode fazer uma coisa: dizê-lo, explicar porquê, e indicar ao gabinete alguém que possa ajudar. Um não acompanhado de uma recomendação é um ato diferente de um não que encerra a conversa.

A quem se destina a especialização

The modern Deaf rights movement took one of its defining stands on the principle that Deaf people should hold authority over Deaf institutions. In March 1988, the Deaf President Now protest at Gallaudet demanded a Deaf president and a Board of Trustees with a 51 percent Deaf majority, and the board agreed to all four of the protesters' demands within a week[12]. That principle does not lose its force when the people holding authority are Deaf. A Deaf-led firm that serves only the states able to pay full rate has, in practice, let the market decide which Deaf residents receive Deaf-led expertise, and the market tends to choose the ones who already have the most.

Much of grassroots Deaf community life has long depended on informal exchange: skills shared, favors traded, letters written for one another's applications. Professiona-

lization can add payment to that tradition without replacing it. The standard worth holding is simple enough to state. When a state office with real need and no budget asks for help, the first answer should be a question about what it can offer, and the last answer, if the answer is no, should include somewhere else to go. That is not yet the norm. Until it is, any office turned away on price can bring that decline to Novara Consulting Group, where an empty budget is met the way grassroots Deaf communities have long met it, by sitting down together and working something out, and treated as the start of a beautiful future rather than the end of a conversation. Applications gladly accepted.

Referências

1. Massachusetts General Laws, Chapter 6, § 192. https://malegislature.gov/Laws/GeneralLaws/PartI/TitleII/Chapter6/Section192
2. Minnesota Statutes § 256C.233. https://www.revisor.mn.gov/statutes/2024/cite/256C.233
3. Idaho Legislature. (2025). House Bill 460, appropriation to the Division of Vocational Rehabilitation. https://legislature.idaho.gov/wp-content/uploads/sessioninfo/2025/legislation/H0460.pdf
4. Idaho Council for the Deaf and Hard of Hearing. Annual Report, Fiscal Year 2023. https://cdhh.idaho.gov/wp-content/uploads/2025/03/CDHH-FY-2023-Annual-Report-Infographic.pdf
5. National Association of the Deaf. (2022). Position Statement on Video Remote Interpreting in Courts and Legal Settings. https://www.nad.org/wp-content/uploads/2023/04/NAD-Position-Statement-on-VRI-in-Court_final.pdf
6. World Federation of the Deaf and World Association of Sign Language Interpreters. (2018). WFD and WASLI Issue Statement on Signing Avatars. https://wfdeaf.org/wfd-wasli-issue-statement-signing-avatars/
7. Gallaudet University, Department of Linguistics. (2025, July 24). ASL and AI Tools [Position statement]. https://gallaudet.edu/linguistics/position-statements/asl-and-ai-tools/
8. Uniform Administrative Requirements, Cost Principles, and Audit Requirements for Federal Awards, 2 C.F.R. § 200.306 (Cost sharing). https://

www.ecfr.gov/current/title-2/subtitle-A/chapter-II/part-200/subpart-D/section-200.306

9. American Bar Association. Model Rules of Professional Conduct, Rule 6.1: Voluntary Pro Bono Publico Service. https://www.americanbar.org/groups/professional_responsibility/publications/model_rules_of_professional_conduct/rule_6_1_voluntary_pro_bono_publico_service/
10. National Association of the Deaf and Registry of Interpreters for the Deaf. (2005). NAD-RID Code of Professional Conduct, 6.7 and 6.8. https://rid.org/wp-content/uploads/2023/03/NAD_RID-Code-of-Professional-Conduct-508-Accessible.pdf
11. NASPO ValuePoint. Why Use Cooperative Purchasing. https://www.naspovaluepoint.org/why-cooperative-purchasing/
12. Global Nonviolent Action Database. Gallaudet University students protest for a deaf university president (Deaf President Now), 1988. Swarthmore College. https://nvdatabase.swarthmore.edu/content/gallaudet-university-students-protest-deaf-university-president-deaf-president-now-1988

TIPS

Know something about a sign language AI system that the public should know? Send it to tips@novaracg.com. Every tip is read by me and kept confidential. If you work in the UK, writing to us is not by itself a protected disclosure under the Public Interest Disclosure Act 1998, so before you share employer information, check your options with Protect (protect-advice.org.uk), the free whistleblowing advice line.

SUPPORT NCG

NCG does this work without vendor money, so our findings stay ours. If it has been useful to you, you can support NCG's independent work here. NCG is a for-profit company, not a charity. Contributions are not tax-deductible and buy no service or influence.

Como citar

Grizzle, H. M. (2026, September 29). O Preço da Admissão. Novara Consulting Group. https://www.nova-racg.com/pt/2026/09/29/the-price-of-admission/